



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICIPIO DE CACOAL
/RO - SICOOB CENTRAL RONDON
SICOOB CENTRAL RONDON
CNPJ: 00.106.180/0001-90
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		703.185.568,88	636.547.723,13
DISPONIBILIDADES	4	3.454,73	3.792,49
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		676.772.261,16	613.640.511,31
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	417.878.440,56	459.149.082,20
Títulos e Valores Mobiliários	6	222.656.253,38	142.313.713,57
Operações de Crédito	7	36.237.230,79	12.177.479,43
Outros Ativos Financeiros		336,43	236,11
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(90.046,63)	(60.887,40)
(-) Operações de Crédito		(90.046,63)	(60.887,40)
OUTROS ATIVOS	8	1.313.902,00	1.028.234,23
INVESTIMENTOS	9	21.490.327,65	18.467.518,82
IMOBILIZADO DE USO	10	6.270.022,46	5.803.006,05
INTANGÍVEL	11	339.311,04	242.114,09
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(2.913.663,53)	(2.576.566,46)
TOTAL DO ATIVO		703.185.568,88	636.547.723,13
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		703.185.568,88	636.547.723,13
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12	631.667.143,36	589.728.396,65
Relações Interfinanceiras		631.662.408,36	589.727.171,65
Centralização Financeira - Cooperativas		631.662.408,36	589.727.171,65
Outros Passivos Financeiros		4.735,00	1.225,00
PROVISÕES		375,00	25.375,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	15	420.018,09	324.681,65
OUTROS PASSIVOS	16	7.762.877,68	3.292.039,90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	63.335.154,75	43.177.229,93
CAPITAL SOCIAL	17.a	62.013.891,84	41.640.926,88
RESERVAS DE SOBRAS	17.b	1.507.341,88	1.494.436,44
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	17.c	(200.111,97)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	17.c	14.033,00	41.866,61
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		703.185.568,88	636.547.723,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICIPIO DE CACOAL /RO - SICOOB
CENTRAL RONDON
SICOOB CENTRAL RONDON
CNPJ: 00.106.180/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		22.689.454,25	31.912.904,72	11.620.205,26
Operações de Crédito	19	874.522,91	1.242.824,42	364.337,84
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	13.680.910,89	19.250.789,22	8.592.520,58
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	8.134.020,45	11.419.291,08	2.663.346,84
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	(21.349.557,91)	(30.152.719,42)	(10.889.736,42)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(21.344.105,66)	(30.123.560,19)	(10.892.768,27)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(5.452,25)	(29.159,23)	3.031,85
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.339.896,34	1.760.185,30	730.468,84
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(482.153,03)	288.294,79	809.917,39
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	21	30.905,32	104.141,90	17.340,28
Dispêndios e Despesas de Pessoal	22	(6.592.235,59)	(12.410.423,68)	(10.015.861,39)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	23	(2.968.132,21)	(5.862.138,14)	(4.565.081,12)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(27.500,73)	(47.262,03)	(39.160,06)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	943.381,32	1.904.881,83	1.331.561,41
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	24	8.133.631,35	16.602.552,40	14.086.271,45
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	25	(2.202,49)	(3.457,49)	(5.153,18)
PROVISÕES	26	(1.290,08)	23.709,92	(50.016,75)
Provisões/Reversões para Contingências		(1.290,08)	(1.290,08)	(25.037,45)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		-	25.000,00	(24.979,30)
RESULTADO OPERACIONAL		856.453,23	2.072.190,01	1.490.369,48
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	27	76.000,00	76.000,00	-
Ganhos de Capital		76.000,00	76.000,00	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		932.453,23	2.148.190,01	1.490.369,48
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(34.700,07)	(43.932,13)	(1.800,66)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(15.898,28)	(16.242,89)	(875,62)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(18.801,79)	(27.689,24)	(925,04)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(1.029.452,51)	(2.039.730,66)	(1.428.028,83)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(131.699,35)	64.527,22	60.539,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICIPIO DE CACOAL /RO - SICOOB CENTRAL RONDON

SICOOB CENTRAL RONDON

CNPJ: 00.106.180/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		(131.699,35)	64.527,22	60.539,99
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(200.111,97)	(200.111,97)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		(200.111,97)	(200.111,97)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		(331.811,32)	(135.584,75)	60.539,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DOS ESTADOS DE MATO
GROSSO. MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICIPIO DE CACOAL /RO -
SICOOB CENTRAL RONDON
CNPJ: 00.106.180/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		34.176.855,15	1.482.328,44	0,00	35.048,06	35.694.231,65
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		35.048,06	0,00	0,00	(35.048,06)	0,00
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		7.429.023,67	0,00	0,00	0,00	7.429.023,67
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	60.539,99	60.539,99
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	12.108,00	0,00	(12.108,00)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(6.054,00)	(6.054,00)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(511,38)	(511,38)
Saldos em 31/12/2020		41.640.926,88	1.494.436,44	0,00	41.866,61	43.177.229,93
Saldos em 31/12/2020		41.640.926,88	1.494.436,44	0,00	41.866,61	43.177.229,93
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		41.866,61	0,00	0,00	(41.866,61)	0,00
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		20.331.098,35	0,00	0,00	0,00	20.331.098,35
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	2.169,39	2.169,39
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	64.527,22	64.527,22
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		0,00	0,00	(200.111,97)	0,00	(200.111,97)
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	17	0,00	12.905,44	0,00	(12.905,44)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	17	0,00	0,00	0,00	(6.452,72)	(6.452,72)
FATES - Atos Não Cooperativos	17	0,00	0,00	0,00	(33.305,45)	(33.305,45)
Saldos em 31/12/2021		62.013.891,84	1.507.341,88	(200.111,97)	14.033,00	63.335.154,75
Saldos em 30/06/2021		51.155.463,51	1.494.436,44	0,00	196.226,57	52.846.126,52
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		10.858.428,33	0,00	0,00	0,00	10.858.428,33
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	2.169,39	2.169,39
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	(131.699,35)	(131.699,35)
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		0,00	0,00	(200.111,97)	0,00	(200.111,97)
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	17	0,00	12.905,44	0,00	(12.905,44)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	17	0,00	0,00	0,00	(6.452,72)	(6.452,72)
FATES - Atos Não Cooperativos	17	0,00	0,00	0,00	(33.305,45)	(33.305,45)
Saldos em 31/12/2021		62.013.891,84	1.507.341,88	(200.111,97)	14.033,00	63.335.154,75

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CTB-188
larissag2008_00
01/02/2022
15:54:10



Em Reais
SICOOB CENTRAL RONDON
CNPJ: 00.106.180/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020 Saldo Reapresentado
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	932.453,23	2.148.190,01	1.490.369,48
Resultado de Equivalência Patrimonial	(943.381,32)	(1.904.881,83)	(1.331.561,41)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5.452,25	29.159,23	(3.031,85)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	-	(25.000,00)	25.393,32
Provisões/Reversões para Contingências	1.290,08	1.290,08	25.037,45
Depreciações e Amortizações	254.194,04	459.836,74	401.453,48
Atualização de depósitos em garantia	-	-	5.035,85
	250.008,28	708.594,23	612.696,32
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	61.037.758,39	41.270.641,64	(302.246.293,76)
Títulos e Valores Mobiliários	10.769.836,41	(90.202.831,97)	(8.202.961,42)
Operações de Crédito	(4.583.058,28)	(24.059.751,36)	606.368,98
Outros Ativos Financeiros	(20,22)	(100,32)	(9,77)
Outros Ativos	323.325,52	(285.667,77)	300.243,15
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Relações Interfinanceiras	(101.589.749,78)	41.935.236,71	358.554.029,77
Outros Passivos Financeiros	3.888,90	3.510,00	0,00
Provisões	(1.290,08)	(1.290,08)	0,00
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	127.854,64	95.336,44	0,00
Outros Passivos	2.185.849,51	2.431.107,12	(1.278.715,30)
FATES - Atos Cooperativos	(6.452,72)	(6.452,72)	(6.054,00)
FATES - Atos Não Cooperativos	(33.305,45)	(33.305,45)	(511,38)
Imposto de Renda	(15.898,28)	(16.242,89)	(875,62)
Contribuição Social	(18.801,79)	(27.689,24)	(925,04)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(31.550.054,95)	(28.188.905,66)	48.336.991,93
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos	-	-	-
Aquisição de Intangível	(67.407,63)	(97.196,95)	(30.531,80)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(446.918,71)	(589.756,08)	(13.877,07)
Aquisição de Investimentos	(1.317.257,99)	(1.318.038,97)	(780.009,83)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.831.584,33)	(2.004.992,00)	(824.418,70)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	10.858.428,33	20.331.098,35	7.429.023,67
Reversões de Fundos	2.169,39	2.169,39	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	10.860.597,72	20.333.267,74	7.429.023,67

**AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA****(22.521.041,56)****(9.860.629,92)****54.941.596,90****Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período

137.572.275,89

124.911.864,25

69.970.267,35

Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período

115.051.234,33

115.051.234,33

124.911.864,25

Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**(22.521.041,56)****(9.860.629,92)****54.941.596,90**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

-

-

-

**CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICÍPIO DE CACOAL /RO - SICOOB CENTRAL RONDON****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(em reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa **CCC DOS ESTADOS MT/MS E CACOAL/RO – SICOOB CENTRAL RONDON** é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, o **SICOOB CENTRAL RONDON** coordena as ações do Sicoob, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB CENTRAL RONDON** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob em conjunto com outras cooperativas centrais e singulares.

O **SICOOB CENTRAL RONDON** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 26/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de



Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICÍPIO DE CACOAL /RO - SICOOB CENTRAL RONDON junto com seus associados, empregados e a comunidade está fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da sua missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICOOB.

k) Imobilizado de Uso



Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para liquidação das ações no futuro, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

3.1 – Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Os saldos comparativos, relativos a 31 de dezembro de 2020, referente as informações financeiras comparativas relativas ao Caixa e Equivalente de Caixa, estão sendo reapresentados em cumprimento a Resolução CMN nº 4.007/2011, conforme demonstrado a seguir:

l) Demonstração do fluxo de caixa

	Publicação 31/12/2020	Ajuste	Saldo Representado
Sobras ou Perdas antes da Tributação e Participações	60.539,99	1.429.829,49 (a)	1.490.369,48
Ajustes das Sobras	(877.673,16)	-	(873.673,16)
Sobras ou Perdas Ajustadas	(817.133,17)	1.429.829,49	612.696,32
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(302.246.293,76)	-	(302.246.293,76)
Títulos e Valores Mobiliários	0,00	(8.202.961,42) (b)	(8.202.961,42)
Demais ativos operacionais	906.602,36	-	906.602,36
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Relações Interfinanceiras	358.554.029,77	-	358.554.029,77
Outros Passivos	151.114,19	(1.429.829,49) (a)	(1.278.715,30)
Demais passivos operacionais	(8.366,04)	-	(8.366,04)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais	56.539.953,35	(8.202.961,42)	48.336.991,93



	Publicação 31/12/2020	Ajuste	Saldo Representado
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(824.418,70)	-	(824.418,70)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento	7.429.023,67	-	7.429.023,67
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de caixa	63.144.558,32	(8.202.961,42)	54.941.596,90
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Período	79.172.947,74	(9.202.680,39)	(b) 69.970.267,35
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Período	142.317.506,06	(17.405.641,81)	(b) 124.911.864,25
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	63.144.558,32	(8.202.961,42)	54.941.596,90

a) Decorrente da alteração do valor inicial da DFC, que passou a ser o montante correspondente ao resultado antes da tributação e das participações nas sobras do exercício.

b) Decorrente, principalmente, da exclusão, do montante de caixa e equivalentes de caixa, de aplicações em títulos e valores mobiliários que não atendem às características estabelecidas na Resolução CMN nº 3.604/2008, que recepcionou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde ao saldo em disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	3.454,73	3.792,49
Títulos e Valores Mobiliários (a)	115.047.779,60	124.908.071,76
TOTAL	115.051.234,33	124.911.864,25

(a) Referem-se às aplicações no Fundo Bancoob Centralização e Sicoob Institucional, administrados pelo Bancoob DTVM. Os fundos têm a finalidade de prover liquidez diária à Central para fazer face às necessidades de encaixe de recursos das cooperativas singulares, e por isso tem as características descritas no pronunciamento CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		348.598.377,36	359.995.049,99
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		12.716.166,28	62.027.408,88
Depósitos Interfinanceiros	100% CDI	12.716.166,28	62.027.408,88
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		335.882.211,08	297.967.641,11
Depósitos Interfinanceiros	100% CDI	328.671.223,94	231.598.549,59
Depósitos Interfinanceiros Pós FN2		7.210.987,14	21.129.040,06
Depósitos Interfinanceiros Pós FN3		-	36.223.722,83
Depósitos Interfinanceiros Pós FN4		-	6.007.928,04
Depósitos Interfinanceiros Pós FN5		-	3.008.400,59
Não circulante		69.280.063,20	99.154.032,21
Aplicações em depósitos interfinanceiros		69.280.063,20	99.154.032,21

Depósitos Interfinanceiros	100% CDI	69.280.063,20	99.154.032,21
Total Geral		417.878.440,56	459.149.082,20

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Depósitos Interfinanceiros		
Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 mês	9.908.875,42	510.129,92
De 1 a 3 meses	2.807.290,86	61.517.278,96
De 3 a 6 meses	25.316.091,93	79.407.555,41
De 6 a 12 meses	310.566.119,15	218.560.085,70
Total circulante	348.598.377,36	359.995.049,99
De 1 a 2 anos	69.280.063,20	97.150.256,96
De 3 a 3 anos	-	2.003.775,25
Total não circulante	69.280.063,20	99.154.032,21
Total Geral	417.878.440,56	459.149.082,20

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.680.910,89	19.250.789,22	8.592.520,58

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores Mobiliários	Índice	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		115.047.779,60	134.053.908,73
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		115.047.779,60	134.053.908,73
Títulos para negociação – carteira própria			
Fundo de centralização	Pós Fixado	81.936.391,55	56.692.789,85
Fundo Institucional	Pós Fixado	33.111.388,05	68.215.281,91
LFTM – Administrado	SELIC	-	9.145.836,97
Títulos e Valores mobiliários de 90 até 360 dias		1.448.816,59	-
Títulos para negociação – carteira própria			
LFTM – Administrado	SELIC	1.448.816,59	-
Não circulante		106.159.657,19	8.259.804,84
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		106.159.657,19	8.259.804,84
LFTM – Administrado	SELIC	77.951.755,43	8.259.804,84
LF – Outros Bancos(b)	Pós Fixado	20.997.007,60	-
LFT	CDI	7.210.894,16	-
Total Geral		222.656.253,38	142.313.713,57

(a) Referem-se às aplicações no Fundo Bancoob Centralização e Sicoob Institucional, administrados pelo Bancoob DTVM.



(b) Trata-se de Letras Financeiras do Tesouro com vencimentos em 2021 e 2023, cujos rendimentos são apropriados diariamente pelo preço unitário divulgado pelo Banco Central. Tais aplicações são classificadas no ativo circulante uma vez que a fonte desses recursos é originária da centralização financeira de recursos de municípios das cooperativas filiadas e mantidas como estoque de aplicações com liquidez imediata, caso haja demanda por parte dos associados.

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	3.681.340,18	4.974.787,19	300.454,80
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	4.452.680,28	6.483.032,60	2.474.043,25
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(0,01)	(38.528,71)	(111.151,21)
TOTAL	8.134.020,45	11.419.291,08	2.663.346,84

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	23.085.246,32	13.151.984,47	36.237.230,79	9.521.923,71	2.655.555,72	12.177.479,43
Total de Operações de Crédito	23.085.246,32	13.151.984,47	36.237.230,79	9.521.923,71	2.655.555,72	12.177.479,43
(-) Provisões para Operações de Crédito	(50.199,41)	(39.847,22)	(90.046,63)	(47.609,61)	(13.277,79)	(60.887,40)
TOTAL	23.035.046,91	13.112.137,25	36.147.184,16	9.474.314,10	2.642.277,93	12.116.592,03

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em	Provisões	Total em	Provisões
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
AA - Normal	18.227.906,01	18.227.906,01	-	-	-
A 0,50% Normal	18.009.324,78	18.009.324,78	(90.046,63)	12.177.479,43	(60.887,40)
Total Normal	36.237.230,79	36.237.230,79	(90.046,63)	12.177.479,43	(60.887,40)
Total Geral	36.237.230,79	36.237.230,79	(90.046,63)	12.177.479,43	(60.887,40)
Provisões	(90.046,63)	(90.046,63)		(60.887,40)	
Total Líquido	36.147.184,16	36.147.184,16		12.116.592,03	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	17.150.276,45	5.934.969,87	13.151.984,47	36.237.230,79
TOTAL	17.150.276,45	5.934.969,87	13.151.984,47	36.237.230,79

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	9.724.027,27	9.724.027,27	26,83%
Outros	26.513.203,52	26.513.203,52	73,17%
TOTAL	36.237.230,79	36.237.230,79	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	(60.887,40)	(63.919,25)
Constituições/Reversões no período	(29.159,23)	3.031,85
Saldo Final	(90.046,63)	(60.887,40)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	14.303.612,17	34,19%	4.950.160,23	27,77%
10 Maiores Devedores	36.237.230,79	100,00%	12.177.479,43	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	5.645.519,46	5.691.012,98
Valor das operações recuperadas no período	48.325,68	45.493,52
Saldo Final	5.597.193,78	5.645.519,46

8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	26.436,90	10.670,88
Pagamentos a Ressarcir	1.092.159,99	932.930,50
Devedores Diversos - País	6.982,50	17427,86
Material em Estoque	9.700,24	11.003,23
Despesas Antecipadas	178.624,37	56.201,76
TOTAL	1.313.902,00	1.028.234,23

Em Outros Ativos estão registrados os saldos relativos a adiantamento de antecipações de férias (R\$ 26.436,90); pagamentos a ressarcir/rateio de despesas da central (R\$ 1.092.159,99); material de expediente em estoque (R\$ 9.700,24) e outros (R\$ 6.982,50);

Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
-----------	------------	------------



BANCO SICOOB (a)	16.229.048,23	13.206.239,40
Sicoob Confederação	4.914.739,99	4.914.739,99
Outras Participações	346.539,43	346.539,43
TOTAL	21.490.327,65	18.467.518,82

(a) O investimento no BANCOOB SICOOB é avaliado pelo método de Equivalência Patrimonial, tendo sido reconhecido no exercício de 2021 o montante de R\$ 1.904.881,83 de receitas com participação em coligadas e controladas (R\$ 1.331.561,41 no exercício 2020).

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos		595.000,00	595.000,00
Edificações	4%	3.317.214,15	3.317.214,15
Instalações	10%	109.074,96	109.074,96
Móveis e equipamentos de Uso	10%	510.377,00	492.797,03
Sistema de Processamento de Dados	20%	970.833,37	744.959,90
Sistema de Segurança	10%	289.767,18	149.980,46
Sistema de Transporte	20%	326.441,00	242.664,75
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		151.314,80	151.314,80
Total de Imobilizado de Uso		6.270.022,46	5.803.006,05
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.252.780,02)	(1.119.581,46)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(90.059,64)	(79.152,12)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.148.824,07)	(930.460,75)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(137.194,25)	(215.528,42)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(98.354,49)	(68.091,57)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.727.212,47)	(2.412.814,32)
TOTAL		3.542.809,99	3.390.191,73

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Direitos Relativos A Carteiras De Clientes	31.010,68	31.010,68
Sistemas De Processamento De Dados	68.703,55	55.993,00
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	239.596,81	155.110,41
Total de Intangível	339.311,04	242.114,09
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(186.451,06)	(163.752,14)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(186.451,06)	(163.752,14)
TOTAL	152.859,98	78.361,95

12. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 100% do CDI (2020 - 100% do CDI).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	631.662.408,36	589.727.171,65
TOTAL	631.662.408,36	589.727.171,65

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	127.090.690,64	20,12%	119.119.036,98	20,20%
10 Maiores Depositantes	631.662.408,36	100%	589.727.171,65	100%

13. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CENTRAL RONDON opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Provisões para Demandas Judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, existem processos judiciais de natureza cível nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados pela assessoria jurídica do SICOOB CENTRAL RONDON com risco de perda possível, totalizando R\$ 6.471.904,92 (R\$ 7.271.417,12 em 31/12/2020). Essas ações referem-se substancialmente a demandas para reparação por danos morais e materiais, impetradas por associados da Cooperativa de Crédito Rural do Pantanal Ltda., por perdas apuradas em decorrência da liquidação daquela cooperativa alegando-se responsabilidade solidária do Sicoob Central MT/MS (atual Sicoob Central Rondon). Estas ações tramitam no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e no Superior Tribunal de Justiça, sendo que não há entendimento pacificado quanto à procedência dos pleitos. Por esse motivo, tais ações estão classificadas com probabilidade de perda possível.

15. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	3.242,41	400,06
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	6.331,71	10.436,03
Impostos e contribuições sobre salários	408.535,64	313.777,66
Outros	1.908,33	67,70
TOTAL	420.018,09	324.681,45

16. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	2.308.401,50	1.577.029,65
Provisão para Pagamentos a Efetuar	917.753,20	777.828,24



Credores Diversos – País	4.536.722,98	937.182,01
Total	7.762.877,68	3.292.039,90

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	39.758,17	6.565,38
Provisão para Participações nas Sobras (a.2)	2.268.643,33	1.570.464,27
Total	2.308.401,50	1.577.029,65

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Consubstanciada pela Lei 10.101/00 e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 764.799,41) e outros (R\$ 152.953,79);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a outros pagamentos de rendimento às centralizações financeiras (R\$ 4.536.722,98).

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	62.013.891,84	41.640.926,88
Associados	8	8

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2021, o SICOOB CENTRAL RONDON realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 60.539,99), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/03/2021, os membros do conselho deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

- 100% para capital social proporcional as operações passivas, no valor de R\$ 41.866,61;

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	64.527,22	60.539,99
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	33.305,45	511,38
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	31.221,77	60.028,61
Destinações estatutárias	19.358,16	18.162,00
Reserva legal - 30%	12.905,44	12.108,00
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	6.452,72	6.054,00
Utilização de FATES	2.169,39	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	14.033,00	41.866,61

18. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	108.459,35	62.340,65
Despesas específicas de atos não cooperativos	15.757,84	(56.810,38)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(46.979,61)	(3.218,23)
Resultado operacional	77.237,58	2.312,04
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.932,13)	(1.806,66)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	33.305,45	505,38

19. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
-----------	-----------	------------	------------



Rendas de Empréstimos	857.907,49	1.194.498,74	318.844,32
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	16.615,42	48.325,68	45.493,52
TOTAL	874.522,91	1.242.824,42	364.337,84

20. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(21.344.105,66)	(30.123.560,19)	(10.892.768,27)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	31.867,57	86.624,26	67.094,18
Provisões para Operações de Crédito	(37.319,82)	(115.783,49)	(64.062,33)
TOTAL	(21.349.557,91)	(30.152.719,42)	(10.889.736,42)

21. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Outros Serviços	30.905,32	104.141,90	17.340,28
TOTAL	30.905,32	104.141,90	17.349,28

22. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(102.408,36)	(190.962,54)	(147.033,79)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.017.996,83)	(1.954.688,59)	(1.597.106,62)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.191.757,45)	(2.216.415,50)	(1.684.126,36)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.315.506,32)	(2.529.478,19)	(1.977.571,59)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.896.070,84)	(5.404.717,06)	(4.479.098,43)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(56.042,70)	(94.965,57)	(104.726,80)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(12.453,09)	(19.196,23)	(26.197,80)
TOTAL	(6.592.235,59)	(12.410.423,68)	(10.015.861,39)

23. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(66.287,07)	(116.720,84)	(116.189,70)
Despesas de Aluguéis	(8.047,26)	(12.296,04)	(20.471,48)
Despesas de Comunicações	(78.441,85)	(160.790,68)	(152.465,09)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(47.662,13)	(80.987,70)	(143.041,46)
Despesas de Material	(11.351,34)	(21.294,88)	(40.304,62)
Despesas de Processamento de Dados	(193.323,17)	(403.255,97)	(284.923,33)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(283.166,50)	(577.824,90)	(502.448,01)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(673.502,31)	(1.337.535,18)	(543.420,69)
Despesas de Publicações	(1.162,00)	(2.836,00)	(3.610,00)
Despesas de Seguros	(21.588,35)	(38.101,73)	(18.043,27)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(52.481,13)	(101.158,95)	(80.220,44)
Despesas de Serviços de Terceiros	(116.650,57)	(245.255,99)	(273.865,60)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(4.797,67)	(8.565,21)	(9.296,29)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(211.224,65)	(512.786,19)	(574.920,56)
Despesas de Transporte	(9.168,94)	(17.715,45)	(34.270,97)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	(231,73)	(13.637,36)
Despesas de Viagem no País	(39.720,74)	(67.718,55)	(110.394,78)
Despesas de Amortização	(14.314,38)	(22.698,92)	(19.233,32)
Despesas de Depreciação	(239.879,66)	(437.137,82)	(382.220,16)

Outras Despesas Administrativas	(895.362,49)	(1.697.225,41)	(1.242.103,99)
TOTAL	(2.968.132,21)	(5.862.138,14)	(4.565.081,12)

24. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	26.254,91	138.324,34	115.542,69
Dividendos	0,00	0,00	799.702,31
Outras rendas operacionais	8.107.376,44	16.464.228,06	13.171.026,45
TOTAL	8.133.631,35	16.602.552,40	14.086.271,45

25. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	0,00	(1.245,60)	(5.147,60)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	0,00	(8,72)	(4,99)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(0,68)	(0,59)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(33,10)	(33,10)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(2.169,39)	(2.169,39)	0,00
TOTAL	(2.202,49)	(3.457,49)	(5.153,18)

26. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(1.290,08)	(1.290,08)	(25.037,45)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(1.290,08)	(1.290,08)	(1.000,71)
Provisões para Contingências	0,00	0,00	(24.036,74)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	0,00	25.000,00	(24.979,30)
Provisões para Garantias Prestadas	0,00	0,00	(25.393,32)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	0,00	25.000,00	414,02
TOTAL	(1.290,08)	23.709,92	(50.016,75)

27. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos de Capital	76.000,00	76.000,00	0,00
TOTAL	76.000,00	76.000,00	0,00

28. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

29. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a operações realizadas e à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores e as cooperativas singulares por eles dirigidas e membros próximos da família de tais



peças. Segue a posição das transações ativas e passivas: as operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central. Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

29.1 Operações Ativas e Passivas com partes relacionadas

Cooperativas singulares

Transação	Ativo/ (Passivo/PL)		Receitas/ (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito	36.147.184,16	12.116.592,03	1.194.498,74	318.844,32
Rateio/Alocação Filiadas	1.092.157,99	1.196.480,13	16.407.838,90	12.478.934,07
Valores a receber				
Centralização Financeira	(631.662.408,36)	(589.727.171,65)	(30.123.560,19)	(10.892.768,30)
Rendimentos centralização a pagar mês	(4.529.740,48)	(937.182,01)		
PL				
Capital Social	62.013.891,84	41.640.926,88		

29.2 Remuneração de partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores desta remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB CENTRAL RONDON ao pessoal-chave da administração em troca dos serviços que lhe são prestados:

Descrição	30/06/2020	31/12/2021	31/12/2020
Honorários	(420.740,01)	(864.920,73)	(778.161,75)
Cédulas de Presença / Comitê eleitoral	(88.554,18)	(530.258,10)	(397.423,71)
Conselho de Adm.	(450.239,31)	(468.172,80)	(468.172,80)
FGTS	(63.088,05)	(154.079,33)	(96.672,17)
Encargos Sociais	(304.214,89)	(727.165,32)	(453.936,00)
13º Salário	(55.522,60)	(111.045,19)	(89.382,15)
Vale Alimentação	(7.144,00)	(28.560,00)	(29.557,68)
Previdência Complementar	(23.362,47)	(53.045,42)	(69.673,18)
Assistência médica/odontológica	(18.275,04)	(27.505,04)	(27.505,04)
Seguros de vida	(2.663,70)	(3.000,78)	(794,88)
Provisão para PRR	(453.909,54)	(865.549,62)	(494.463,38)
TOTAL	(1.887.713,79)	(3.833.302,33)	(2.905.742,74)

30. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

30.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

30.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.



A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

30.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

30.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.



As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

30.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

30.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

30.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

31. Seguros Contratados – Não Auditado



A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índices Regulamentares

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	177.151.930,88	173.624.102,86
Patrimônio de referência (PR)	53.271.476,02	34.202.515,38
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	29,55%	19,68%
Razão de Alavancagem (RA)%	7,66%	5,40%
Índice de imobilização (limite 50%) %	7,30%	10,94%

33. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(61.236,20)	(130.798,47)	(89.271,92)
TOTAL	(61.236,20)	(130.798,47)	(89.271,92)

Cuiabá, 31 de dezembro de 2021

EMILIO JÚNIOR DE SOUZA
Diretor Administrativo Financeiro

DEVANILSON MAGALHÃES DA SILVA
Contador
CRC: MT 010764/O2



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021 da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO – SICOOB CENTRAL RONDON na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB CENTRAL RONDON completou 27 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada com o objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais as suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CENTRAL RONDON obteve um resultado de R\$ 64.527,22 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 0,10%.

3. Ativos

Os recursos depositados em Investimentos Financeiros somaram R\$ 676.772.261,16. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 36.237.230,79.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	36.237.230,79	100,00%
--------------------	---------------	---------

Os maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 100,00% da carteira, no montante de R\$ 36.237.230,79.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 631.662.408,36, apresentaram uma evolução de 7,11% em relação a dezembro de 2020.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Centralização Financeira	631.662.408,36	100,00%
--------------------------	----------------	---------

Os Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 100,00% da captação, no montante de R\$ 631.662.408,36.



5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CENTRAL RONDON era de R\$ 53.271.476,02. O quadro de associados era composto por 8 cooperados, não havendo acréscimo em relação a dezembro de 2020.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL RONDON adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,64% nos níveis de "AA" a "C" e o percentual de 6,36% são de créditos baixados em prejuízo.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Rondon e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.



Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito em AGO, o Conselho Fiscal tem função complementar e independente à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um programa de formação e trilhas adicionais disponibilizadas pela Sicoob Universidade, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CENTRAL RONDON aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Pacto de Ética sistêmico disponibilizado pelo CCS – Centro Corporativo Sicoob e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do



Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933 de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos financeiros, ainda que os créditos correspondentes não sejam cobertos pela garantia ordinária. Abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no art. 4º da Resolução BCB nº 127 de 11/8/2021.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Cuiabá/MT, 22 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

CLADEMIR
SALMORIA:4836630
7115

Clademir Salmória
Diretor Executivo

Assinado de forma digital por
CLADEMIR
SALMORIA:48366307115
Dados: 2022.03.02 08:04:22
-04'00'

EMILIO JUNIOR DE
SOUZA:86629328191

Emilio Júnior de Souza
Diretora Administrativo e Financeiro

Assinado de forma digital por
EMILIO JUNIOR DE
SOUZA:86629328191
Dados: 2022.03.02 07:39:46 -04'00'

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Central das Cooperativas de Crédito dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Município de Cacoal/RO - Sicoob Central Rondon
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Central das Cooperativas de Crédito dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Município de Cacoal/RO - Sicoob Central Rondon**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da Cooperativa **Sicoob Central Rondon** em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 2 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Montante significativo em provisões para demandas judiciais

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14, que trata dos processos judiciais cíveis nos quais a cooperativa figura como polo passivo, cujo montante em discussão é de R\$ 6.471.904,92 em 31 de dezembro de 2021. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da cooperativa, a probabilidade de perda nessas demandas foi classificada como possível, o que não requer o registro de provisão nas demonstrações contábeis, necessitando apenas da divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, em conformidade com o previsto na Resolução CMN nº 3.823/2009, que recepcionou a NBC TG 25. Os valores envolvidos correspondem a cerca de 10% do patrimônio líquido do Sicoob Central Rondon, em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2022.



Rafael Cavalheri Alexandre
Contador CRC 018041/O-2



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO – SICOOB CENTRAL RONDON SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2021.

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Município de Cacoal/RO – SICOOB CENTRAL RONDON desenvolveu seus trabalhos durante o ano de 2021, analisando, sistemática e minuciosamente, os principais demonstrativos contábeis, as documentações relativas aos empregados da cooperativa, as ações existentes, questões fiscais, acompanhando o rating da Central e singulares, dentre outros assuntos de sua competência, contribuindo para que tudo ficasse em boa ordem, expressando recomendações quando necessárias, destacando a evolução apresentada em relação à supervisão, e o acompanhamento pela Central às singulares em suas dificuldades, sendo observados avanços em questão de desenquadramentos, apesar que ainda são necessárias melhorias. O relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis expedido pela CNAC indica a adequação contábil, registrando a existência de ações em que a Cooperativa é ré, sem necessidade de provisionamento, dado que foi classificada em risco possível, sem indicação de eventos que possam trazer risco a sua continuidade. Diante do exposto, este Conselho Fiscal conclui e se manifesta pelo parecer favorável e recomenda à Assembleia Geral dos Associados, a aprovação das contas referente ao exercício de 2021.

Cuiabá – MT, 14 de março de 2022.

Carlos Paro
Cons. Fiscal - Coordenador

Shirlei Mesquita Sandim
Cons. Fiscal – Secretária

Jésu Emerick Guimarães
Conselheiro Fiscal



(61) 4000-1111

www.sicoob.com.br

www.sicoob.com.br/web/sicoobcentralrondon

